MUNICÍPIO DE VISEU

PEDIDO DE CONSULTA/REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVO MUNICIPAL

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome:		
Morada/sede:		
Freguesia:	Concelho:	Código Postal:
Identificação Fiscal:	Código da certidão de registo comercial:	
	Cartão do cidadão/BI n.º:	
Telemóvel/Telefone:	e-mail:	
Na qualidade de	☐ Proprietário ☐ Usufrutuário ☐ Arrendatário ☐ Outro _____	
☐ Autoriza o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado		

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

Nome:		
Morada:		
Freguesia:	Concelho:	Código Postal:
Identificação Fiscal:	Cartão do cidadão/BI n.º:	
Telemóvel/Telefone:	e-mail:	
Na qualidade de		
☐ Autoriza o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado		

PRETENSÃO

Em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo) e na Lei n.º 26/2016 de 22 de agosto (Regime de Acesso à Informação Administrativa e Ambiental e de Reutilização dos Documentos Administrativos), vem requerer autorização para:

☐ **Reprodução Autenticada de Documentos**

☐ **Reprodução Simples de Documentos**

☐ **Consulta de Documentos**

Do seguinte:

Processo *(nº /ano)*:	Nome do titular:
Alvará de construção *(nº /ano)*:	Nome do titular:
Alvará de utilização *(nº /ano)*:	Nome do titular:
Alvará de loteamento *(nº /ano)*:	Nome do titular:
Relativo ao imóvel sito em:	
Freguesia:	Art.º Matriz Urbana:

Informações adicionais:

Discriminar os documentos a reproduzir e o nº de fotocópias pretendidos:

Registo do dispositivo digital de uso pessoal *(artigo 4.º da Lei 31/2019 de 3 de maio)***:**

INFORMAÇÃO SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS E DIREITOS DOS TITULARES

(art. 13.º RGPD)

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DOS DADOS: Câmara Municipal de Viseu, sita na Praça da República, 3514-501 Viseu, contactável através do website: https://www.cm-viseu.pt/pt/ ou email: geral@cmviseu.pt ou telefone: +351 232 427 427 ou presencialmente no horário de atendimento do nosso Gabinete de Atendimento ao Munícipe.

ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS: Encarregado de Proteção de Dados da Câmara Municipal de Viseu, sita na Praça da República, 3514-501 Viseu, contactável através do email: epd.rgpd@cmviseu.pt ou telefone: +351 232 427 427 ou presencialmente na morada indicada.

FINALIDADE DO TRATAMENTO: Os dados pessoais fornecidos são tratados por serem indispensáveis à prestação do serviço solicitado; Tramitação nos serviços municipais, por exigência legal, de procedimentos administrativos/celebração de contratos/resposta a solicitações, oficiosamente ou a requerimento dos titulares dos dados; Exercício pelo titular dos dados ou pelo responsável pelo tratamento de direitos e ou obrigações previstas em legislação.

LICITUDE DO TRATAMENTO: Cumprimento de obrigações legais que a Câmara Municipal de Viseu se encontra sujeita, no âmbito das suas funções de interesse público e autoridade pública enquanto órgão da Administração Pública; Execução contratual, ou diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados.

DADOS PESSOAIS E CATEGORIAS: Dados pessoais dos titulares e legais representantes constantes deste requerimento, não envolvendo a recolha de dados de categorias especiais; Dados de identificação e contacto, dados de faturação, vida profissional, informação financeira e patrimonial, constantes do presente requerimento, sem prejuízo de dados de outras categorias que possam existir da documentação submetida pelos requerentes, no âmbito do presente processo.

DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS: Serviços municipais; autoridades com competência legal para intervenção no presente processo, auditoria e fiscalização.

PRAZO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS: Prazo estritamente necessário para a tramitação do procedimento, acrescido do prazo de conservação arquivística aplicável à Administração Local, sem prejuízo da sua conservação, para além daquele prazo, em caso de pendência de ação judicial; os dados constantes do formulário são armazenados no sistema de informação central da autarquia, possibilitando associar a presente informação aos processos existentes na Câmara Municipal de Viseu, que ao Requerente digam respeito.

DIREITOS QUE PODE EXERCER: Confirmação de que os dados pessoais são objeto de tratamento, Direito de acesso aos dados pessoais, Direito de retificação, Direito à limitação do tratamento, Direito ao apagamento dos dados, Direito de oposição e Direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo (CNPD), pelo correio eletrónico epd.rgpd@cmviseu.pt não comprometendo a licitude do tratamento que, entretanto, tenha sido efetuada aos dados, com base no presente consentimento.

OUTRAS INFORMAÇÕES: A comunicação dos dados pessoais neste procedimento é necessária para cumprir uma obrigação legal ou contratual, caso não forneça os dados o seu pedido ou pretensão não poderá ser tratado pela Câmara Municipal de Viseu. Não existem decisões automatizadas, nem a definição de perfis. Para além do cumprimento da obrigação legal de tratamento para arquivo, não haverá tratamento posterior dos dados pessoais para finalidade distinta das que presidiram à recolha. Qualquer violação de dados pessoais será levada a conhecimento do interessado no prazo legal.

Tomei conhecimento,

Viseu, _____ de _____ de 20____

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Assinatura _____Data _____
(Assinatura conforme documento de identificação verificada por conferência)

O Técnico de Atendimento _____Data _____

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Nome _____, contribuinte n.º _____ residente na _____ freguesia de _____ concelho de _____, na qualidade de [1] _____, assume a responsabilidade de utilização das informações consultadas ou reproduzidas de forma legítima, nos termos da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos (LADA), assegurando o cumprimento do Regulamento UE 2016/679, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (RGPD), da Lei 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução do RGPD na ordem jurídica nacional, e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.

Tomei conhecimento do uso ilegítimo das informações, designadamente que:

- Não é permitida a utilização ou reprodução de informações em violação de direitos de autor e direitos conexos ou de direitos de propriedade industrial;
- Os documentos nominativos comunicados a terceiros não podem ser utilizados ou reproduzidos de forma incompatível com a autorização concedida, com o fundamento do acesso, com a finalidade determinante da recolha ou com o instrumento de legalização, sob pena de responsabilidade por perdas e danos e responsabilidade criminal, nos termos legais.

Assinatura [2] _____data _____

---

[1] Proprietário, arrendatário, interessado, etc

[2] Assinatura digital nomeadamente através do Cartão de Cidadão, devendo ser utilizados mecanismos de autenticação segura, incluindo os do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital, com possibilidade de recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), bem como os meios de identificação eletrónica emitidos noutros Estados -Membros reconhecidos para o efeito nos termos do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.